CONSULTA PRÉVIA – DG-01/2021

Campanha de Comunicação e Imagem da APdSE – Divulgação de Operações do POSEUR.

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS **2**

CLÁUSULA 1.ª OBJETO 2
CLÁUSULA 2.ª CONTRATO 2
CLÁUSULA 3.ª DURAÇÃO DO CONTRATO 2
CLÁUSULA 4.ª PREÇO BASE 3
CLÁUSULA 5.ª CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO 3
CLÁUSULA 6.ª CRITÉRIOS AMBIENTAIS 3
CLÁUSULA 7.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO 3
CLÁUSULA 8.ª CONFORMIDADE DO SERVIÇO 4
CLÁUSULA 9.ª ASSISTÊNCIA TÉCNICA 5
CLÁUSULA 10.ª INFORMAÇÃO E SIGILO 5
CLÁUSULA 11.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E RGPD 5
CLÁUSULA 12.ª PREÇO CONTRATUAL 7
CLÁUSULA 13.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 7
CLÁUSULA 14.ª PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO 8
CLÁUSULA 15.ª PENALIDADES CONTRATUAIS 8
CLÁUSULA 16.ª FORÇA MAIOR 8
CLÁUSULA 17.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA APDSE 9
CLÁUSULA 18.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO 10
CLÁUSULA 19.ª SUPERVISÃO E CONTROLO 10
CLÁUSULA 20.ª CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE 10
CLÁUSULA 21.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO COCONTRATANTE 11
CLÁUSULA 22.ª FORO COMPETENTE 11
CLÁUSULA 23.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES 12
CLÁUSULA 24.ª CONTAGEM DOS PRAZOS 12
CLÁUSULA 25.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL 12

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS **13**

CLÁUSULA 26.ª OBJETIVO DE FORNECIMENTO 13
CLÁUSULA 27.ª ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 13
CLÁUSULA 28.ª PRESTAÇÃO DO SERVIÇO 18
CLÁUSULA 29.ª FALHAS E OMISSÕES 18

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª OBJETO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **Campanha de Comunicação e Imagem da APdSE – Divulgação de Operações do POSEUR**, da área de gestão da Águas Públicas da Serra da Estrela E.I.M. S.A, adiante designada APdSE.

CLÁUSULA 2.ª CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:
    a. os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
    b. os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos.
    c. o presente Caderno de Encargos.
    d. a proposta adjudicada.
    e. os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

CLÁUSULA 3.ª DURAÇÃO DO CONTRATO

1. O prazo de fornecimento objeto do presente, é de **10 (dez) meses**.

2. O fornecimento dá início a partir da data da assinatura do contrato.

3. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

4. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

5. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias

CLÁUSULA 4.ª PREÇO BASE

1. O valor base para efeito de concurso é de **€ 36.000,00 (euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, ou seja, o valor máximo fixado no Caderno de Encargos, nos termos do n.º 1, do art. 47.º do código dos contratos públicos republicado pelo Dec. Lei Nº 111-B/2017, de 31 de agosto.

2. O valor base do presente procedimento foi estabelecido após consulta ao portal base, e tendo em consideração o que são os valores praticados no mercado para a aquisição de semelhantes bens e serviços, em empresas análogas.

CLÁUSULA 5.ª CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, atendendo à avaliação do preço mais baixo, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 74.º, do CCP.

2. Critério de Desempate: Organização, qualificações e experiência do pessoal encarregado da execução do contrato em questão.

3. Em caso de empate serão solicitados os currículos para aplicação do ponto anterior.

CLÁUSULA 6.ª CRITÉRIOS AMBIENTAIS

Não aplicável

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I | OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

CLÁUSULA 7.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o fornecedor as seguintes obrigações principais de:

    a. Dar início à execução das obrigações identificadas na parte II do Caderno de Encargos, no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da data de celebração do contrato;

    b. Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação do serviço em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

    c. designar um interlocutor responsável pela prestação de serviços;

    d. cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;

    e. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;

    f. no caso de não ser possível o cumprimento dos prazos definidos, deverá o adjudicatário informar os serviços da APdSE, apresentando a devida justificação e proposta de calendarização alternativa;

    g. garantir a implementação do Regulamento Geral da Proteção de Dados;

    h. não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da entidade adjudicante;

    i. prestar de forma correta e fidedigna todos as informações referentes às condições em que é prestado o serviço, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

    j. comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

    k. comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviço, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

    l. comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

    m. Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;

    n. Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 15 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação de serviços contratados.

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 8.ª CONFORMIDADE DO SERVIÇO

1. O fornecedor obrigar-se-á prestar os serviços ao contraente público objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. O fornecedor será responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que estes sejam concluídos.

CLÁUSULA 9.ª ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Não aplicável

CLÁUSULA 10.ª INFORMAÇÃO E SIGILO

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à APdSE, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato

3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 11.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E RGPD

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela APdSE ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela APdSE ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das instruções desta empresa e da legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016).

3. O prestador de serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou lhe sejam transmitidos pela APdSE ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por

escrito, pela APdSE.

4. O prestador de serviços aceita que a APdSE recorra a outras entidades subcontratadas exclusivamente com o intuito de prestar serviços a que o prestador de serviços não consiga dar resposta, sempre no âmbito das atribuições definidas pela APdSE.

5. Caso o prestador de serviços subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da APdSE, nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela APdSE, o prestador de serviços será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

6. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por estas subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que celebra com outras entidades por si subcontratadas.

7. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

    a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou lhe sejam transmitidos pela APdSE, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;

    b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

    c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

    d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a APdSE, esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

    e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da APdSE, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

    f. Manter a APdSE, informada em relação ao tratamento de dados pessoais;

    g. Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à APdSE.

    h. Prestar à APdSE, toda a assistência de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações no âmbito das notificações e comunicações em caso de Violação de dados pessoais.

    i. Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;

    j. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

k. Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

l. Prestar a assistência necessária à APdSE, no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar uma resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento de dados.

m. Garantir mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;

n. Disponibilizar as informações necessárias para demonstrar o cumprimento do RGPD, bem como colaborar com auditorias ou inspeções, conduzidas pela APdSE, ou por outro auditor por este mandatado.

8. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a APdSE, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

9. Para efeitos do disposto no nº 8 e alínea g) do nº 7 da presente cláusula, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.

10. A obrigação de sigilo prevista na alínea d) do número 7 da presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

SECÇÃO II | OBRIGAÇÕES DA APdSE

CLÁUSULA 12.ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a APdSE deverá pagar ao fornecedor o serviço efetivamente prestado, nos termos das cláusulas da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.

2. O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 13.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pela APdSE, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no prazo de 60 dias, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. As faturas deverão ser enviadas para a APdSE, Praceta os Doze de Inglaterra, Nº11 6270-465 Seia, com a indicação do número do cabimento.

3. Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a prestação de serviço.

4. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta da prestação de serviço.

5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

7. Para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

CLÁUSULA 14.ª PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

No presente procedimento não haverá lugar a prestação de caução.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 15.ª PENALIDADES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a APdSE pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá exceder os 20% do valor contratual.

CLÁUSULA 16.ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior,

designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior designadamente:

    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviço ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

    d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviço de normas legais;

    e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviço cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

    f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviço não devidas a sabotagem;

    g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

    h. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

    i. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 17.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA APdSE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a APdSE pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente:

    a. Se os serviços prestados não corresponderem às características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da APdSE com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

CLÁUSULA 18.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos previstos no CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. O Direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP).

CAPÍTULO IV – GESTÃO DE CONTRATO

CLÁUSULA 19.ª SUPERVISÃO E CONTROLO

1. O contraente público designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A, a trabalhadora Sónia Alexandra da Conceição Geraldo Madeira, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
2. O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.
3. Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato, o adjudicatário deverá disponibilizar os contatos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
4. O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
5. Caso se verifiquem situações anómalas na prestação dos serviços, e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

CLÁUSULA 20.ª CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO COCONTRATANTE

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.
3. A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de

habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

CLÁUSULA 21.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO COCONTRATANTE

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré - contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 22.ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 23.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 24.ª CONTAGEM DOS PRAZOS

1. À contagem dos prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:
    a. Exceto quando dito expressamente que se trata de dias úteis, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados;
    b. Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adquirente, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa o primeiro dia útil subsequente;
    c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês.

CLÁUSULA 25.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação em vigor.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 26.ª OBJETIVO DE FORNECIMENTO

1. Objeto de fornecimento.

    - O presente procedimento tem como fim o desenvolvimento da Campanha de Comunicação e Imagem da APdSE – Divulgação de Operações do POSEUR – Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água, que compreende a publicitação, divulgação e contextualização do conjunto de intervenções (obra física) desenvolvidas no âmbito do plano de investimentos com vista ao fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa, à melhoria da qualidade de água fornecida em zonas de abastecimento ainda com problemas, na melhoria do serviço de saneamento junto da população local, investimentos com vista à redução da poluição urbana nas massas de água, renovação dos sistemas de drenagem de águas residuais e fecho de sistemas de saneamento de águas residuais com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço.

2. Preço total da prestação de serviços.

    - A prestação de serviços engloba no seu preço a conceção e desenvolvimento de todas as imagens e conteúdos gráficos das campanhas.

3. Objetivos.

    - Criar um eixo integrador e coeso para a comunicação das ações e intervenções desenvolvidas no terreno
    - Criar uma estratégia comunicação coerente, coesa e contínua
    - Integrar os eixos temáticos (água e saneamento) na estratégia global de comunicação
    - Capacitar a equipa com ferramentas úteis e flexíveis de modo a permitir uma comunicação contínua e ágil com a população
    - Desenvolver uma campanha de informação à população servida e afetada pelas obras de melhoria dos serviços com o intuito de:

        i. tornar visível o alinhamento existente entre a empresa e as políticas ambientais da EU, tal como o financiamento que tornou possível a execução das obras e respetivos benefícios daí decorrentes

        ii. destacar os benefícios pessoais e regionais das melhorias a implementar, sublinhando a valorização patrimonial e o desenvolvimento da região;

CLÁUSULA 27.ª ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. A prestação de serviços envolve a realização das seguintes atividades:

    1.1. Conceito criativo e desenvolvimento de campanha de comunicação e imagem.

Deverá ser criado o conceito criativo e desenvolvimento de campanha de comunicação e imagem alinhada com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o PENSAARP2030 com enfoque nos identificados como prioritários na estratégia de sustentabilidade da empresa.

- Desenvolvimento de vídeo de apresentação da marca APdSE.
  Desenvolvimento de um guião e elaboração de vídeo institucional com comunicação apelativa para apresentação da marca APdSE aos consumidores, integrando a missão, visão e os valores, bem como a estratégia de sustentabilidade e boas práticas aliadas à marca. Deverá ainda abordar o que irá mudar para os consumidores/clientes e quais as vantagens e valores que daí advêm.
  O vídeo deverá estar alinhado com a assinatura "Parte da montanha, parte de nós." e ter uma duração de 1-3 min.

- Definir como a marca fala com consumidores, público em geral, comunidade escolar e parceiros, e criação de mascote.
  Definição do discurso da marca APdSE de forma a comunicar de um modo distinto, garantindo uma imagem profissional e credível, independente das Câmaras, e uma perceção positiva por parte da população.
  Deverá ser criada uma mascote para comunicação da marca e dos seus valores, tendo por principal objetivo a comunicação com a comunidade escolar. A criação da mascote deverá estar alinhada com o manual de normas gráficas e identidade visual da marca. (Anexo I)

- Desenvolvimento de suportes gráficos para redes sociais (Facebook, Instagram e Linkedin)
  Desenvolvimento de comunicações para o Facebook, Instagram e Linkedin, para publicitação da marca bem como comunicação das operações do POSEUR, com periodicidade bissemanal.

- Newsletter digital
  Desenvolvimento de newsletter digital (conteúdos e design) para comunicação trimestral com os clientes, público em geral, comunidade escolar e parceiros, focada no desenvolvimento de conteúdos de comunicação das obras a decorrer e previstas no âmbito das operações dos POSEUR alinhadas com dicas de poupança de água, uso moderado da água, estratégia da empresa e informação / comunicação da importância da água no quotidiano da população bem como o valor da ligação à rede de saneamento e a sua boa utilização como modo de preservar quer o investimento nas infraestruturas quer implicitamente o impacto ambiental.

- Desenvolvimento de folheto / brochura (Direct Mail)
  Desenvolvimento de um folheto que acompanhará as faturas. Esta comunicação deverá ser efetuada com uma periodicidade trimestral com base nos conteúdos fornecidos pela entidade adjudicante e trabalhados graficamente pelo adjudicatário.

- Desenvolvimento de Outdoor/Mupi
  Desenvolvimento de conteúdo gráfico "tipo" para impressão em Outdoors/Mupi de modo a dotar a entidade adjudicante de uma ferramenta para comunicar ao longo do tempo.

- Desenvolvimento de um calendário de ações / atividades
  Deverá ser elaborado, de acordo com uma análise de diagnóstico, um calendário de ações/atividades para o ano de 2021 e 1º trimestre de 2022 com o intuito de apresentar e solidificar a marca APdSE junto da população/clientes, em consonância com os objetivos da marca e alinhada com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o PENSAARP2030.

- Desenvolvimento e implementação de evento Web para apresentação da marca APdSE
  Criação de um evento web para apresentação e lançamento oficial da marca APdSE junto da população, no dia 22 de março de 2021 alinhado com o "Dia Mundial da Água" (ou nesta impossibilidade, em data comemorativa posterior a definir) e com ligação à política de sustentabilidade ambiental da empresa.
  Para além do evento web deverá paralelamente desenvolver-se uma campanha com design de outdoors, campanha de adesão à fatura eletrónica, etc., alinhada com o ponto anterior.

- Desenvolvimento de Press Kit e Press Release
  Criação de um press kit para a impressa, onde deverá constar a apresentação da empresa e da marca aos órgãos de comunicação social e desenvolvimento de layout "tipo" para dotar a entidade adjudicante de ferramentas para press relase futuras.

- Desenvolvimento de anúncio na imprensa local – rádio
  Desenvolvimento de anúncio para comunicação da marca e dos investimentos nas operações do POSEUR, para apresentação em rádio, alinhado com a estratégia definida nos pontos anteriores.

- Desenvolvimento de anúncios na imprensa local – jornais
  Desenvolvimento de anúncio para comunicação da marca e dos investimentos nas operações do POSEUR, para divulgação em jornais locais, alinhado com a estratégia definida nos pontos anteriores.

- Desenvolvimento de campanhas de rua – balcão móvel/stand itinerante
  Desenvolvimento de uma estrutura itinerante para presenças em eventos bem como deslocações pontuais para campanhas de esclarecimento de questões à população, informação de obras do POSEUR a decorrer ou sua calendarização e participação em atividades junto à comunidade escolar.
  Esta estrutura itinerante deverá ser simples de montar, por duas pessoas, permitir a presença de duas pessoas em simultâneo e adaptável de modo a permitir a adaptação da informação a divulgar, bem como permitir realizar atividades/distribuição de água e bebidas de água aromatizadas.

1.2. Conceito e Desenvolvimento da comunicação e imagem das obras do POSEUR.
Deverá ser criado o conceito criativo para a comunicação e publicitação das 21 operações do POSEUR aprovadas (Anexo II), que abrangem nomeadamente, a melhoria da qualidade da água, o cumprimento da diretiva de águas residuais urbanas, o fecho dos sistemas de abastecimento de água e de sistemas de águas residuais, o controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição de água e o cadastro das redes de infraestrutura de abastecimento de água e de sistema de águas residuais. Estas operações desenvolvem-se

na área geográfica dos três municípios, Seia, Oliveira do Hospital e Gouveia.

- Comunicações para utilização nos canais digitais da APdSE sobre obras a realizar, melhorias esperadas e investimento europeu
  Desenvolvimento de design gráfico para publicitação das operações do POSEUR a realizar, melhorias esperadas e investimento europeu, a serem publicadas no site da APdSE ou redes sociais.

- Comunicações para utilização nos canais digitais da APdSE sobre obras realizadas, população servida e os benefícios locais, enfatizando sempre o financiamento
  Desenvolvimento de design gráfico para publicitação das operações do POSEUR concluídas, população servida, os benefícios locais e indicadores realizados, enfatizando sempre o financiamento, a serem publicadas no site da APdSE ou redes sociais.

- webbanner no site durante toda a execução das obras, com a informação do valor de cada obra e do financiamento
  Desenvolvimento de design gráfico para divulgação em webbanner no site das operações do POSEUR com a informação da operação, do valor e do financiamento de cada obra

- uma coletânea de comunicações de sensibilização para o uso responsável da água
  Desenvolvimento de design gráfico para comunicação e sensibilização para o uso responsável da água alinhado com os conteúdos do site da APdSE (p.e.: coleção de ativadores de memória, etc.)

- giff animado dedicado à importância da ligação à rede e os benefícios que o financiamento europeu trouxe para a qualidade de vida na região
  Desenvolvimento de um giff animado, pequeno vídeo em motion graphics, dedicado à importância da ligação à rede e os benefícios que o financiamento europeu trouxe para a qualidade de vida na região enfatizando o investimento do POSEUR, explicando o processo de tratamento de água para consumo humano e serviços de tratamento de águas residuais assim como a sua relação com o preço dos serviços

1.3. Desenvolvimento da imagem e conteúdos para sinalizar a obra e o seu impacto social e ambiental através de:
Deverá ser criado o conceito criativo para a comunicação, publicitação e sinalização de cada a obra e o seu impacto social e ambiental, para as 21 operações do POSEUR aprovadas (Anexo II), que abrangem nomeadamente, a melhoria da qualidade da água, o cumprimento da diretiva de águas residuais urbanas, o fecho dos sistemas de abastecimento de água e de sistemas de águas residuais, o controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição de água e o cadastro das redes de infraestrutura de abastecimento de água e de sistema de águas residuais. Estas operações desenvolvem-se na área geográfica dos três municípios, Seia, Oliveira do Hospital e Gouveia.

- Imagem de comunicação de cada obra para impressão em formato 1,0x1,5 m
  Desenvolvimento de design gráfico "tipo" de modo a dotar a entidade adjudicante de ferramentas para comunicar a operação do POSEUR em curso. Esta comunicação deverá estar apta ser impressa em formato 1,0x1,5 m, a colocar no

local da obra, com informação da operação do POSEUR aí a decorrer

- Imagem de comunicação de cada obra (conclusão) para impressão em formato 1,0x1,5 m
  Desenvolvimento de design gráfico "tipo" de modo a dotar a entidade adjudicante de ferramentas para comunicar a operação do POSEUR concluída. Esta comunicação deverá estar apta ser impressa em formato 1,0x1,5 m, a colocar no local onde foi executada a obra, com informação da operação do POSEUR que aí decorreu e os seus principais benefícios e evidenciando os indicadores realizados.

- Imagem de comunicação de obra a decorrer para impressão em estruturas de chão (via pedonal)
  Desenvolvimento de design gráfico "tipo" de modo a dotar a entidade adjudicante de ferramentas para comunicar a operação do POSEUR a decorrer. Esta comunicação deverá estar apta ser impressa em formato A1, em cavaletes de chão (via pedonal), a colocar no local onde está a ser executada a obra, com informação da operação do POSEUR aí a decorrer.

- Imagem de comunicação das obras para impressão em Outdoor 8x3m
  Desenvolvimento de design gráfico "tipo" de modo a dotar a entidade adjudicante de ferramentas para comunicar as operações do POSEUR a decorrer ou concluídas. Esta comunicação deverá estar apta ser impressa em formato 8x3 m, a colocar em locais diferentes dos locais onde está a ser ou foi executada a obra, com informação da operação do POSEUR e os seus principais benefícios.

- Brindes-utilitários
  Proposta de conjunto merchandising privilegiando peças reutilizáveis, alinhadas com os princípios de sustentabilidade das operações do POSEUR e da empresa (p.e: canetas, sacos reutilizáveis, etc.) para comunicar e divulgar as operações do POSEUR a decorrer ou concluídas e os seus principais benefícios.

- Imagem de Roll-up com comunicação das obras
  Desenvolvimento de design gráfico "tipo" de modo a dotar a entidade adjudicante de ferramentas para comunicar as operações do POSEUR a decorrer ou concluídas. Esta comunicação deverá estar apta ser impressa em formato Roll-up, com informação da operação do POSEUR e os seus principais benefícios.

- Conteúdos para campanha de divulgação com órgãos de comunicação social
  Desenvolvimento de anúncios, para apresentação em rádio e jornais locais, de modo a acompanhar os principais momentos das obras e da campanha com o desenvolvimento de 3 comunicados de imprensa, com informação de cada obra, aos órgãos de comunicação social regionais, esperando-se assim amplificar a comunicação por via da cobertura noticiosa das operações desenvolvidas no âmbito do financiamento do POSEUR, alinhado com a estratégia definida nos pontos anteriores.

2. Todos os conteúdos desenvolvidos, devem incluir artes finais, manual de utilização e preenchimento dos designs apresentados. As criações gráficas finais devem ser fornecidas em ficheiros adequados, e no caso dos modelos criados devem ser fornecidos em formatos compatíveis com o sistema operativo Windows.

3. A APdSE está a realizar um conjunto de 21 obras de melhoramento do serviço de saneamento

e redução da poluição em povoações onde o saneamento ainda não se encontrava completo, se encontrava subdimensionado ou com um incorreto encaminhamento. (Anexo II).

4. Estas obras possuem diferentes impactos, que ao nível da população servida, quer ao nível físico e temporal, pelo que se pretende mitigar os efeitos menos positivos através de uma pequena campanha de comunicação, eficiente, diretamente com as populações afetadas e ajustada à realidade de cada obra em concreto.

5. De modo transversal e para todas as obras pretende-se garantir a comunicação das obras nos canais da APdSE através de comunicações sobre a obra a realizar e obra concluída, dando também a conhecer o financiamento de cada obra.

6. Pretende-se comunicar com a população diretamente afetada pelas obras, garantindo que esta está devidamente informada sobre o tipo de obra, quem a está a realizar, o prazo e quais os investimentos e financiamentos envolvidos, entre outras com lonas de 1,0x1,5 m para colocação em cada obra, durante a após a sua execução; cavaletes publicitários – estruturas de chão (via pedonal), outdoor 8x3m, para colocação em zonas de ampla visibilidade nas cidades, para comunicar os investimentos realizados, tal como financiamento obtido para as 21 obras, merchandising, comunicação social, redes sociais, site, newsletter, brochuras, etc.

7. Pretende-se ainda informar diretamente a população afetada/servida, de modo a informar o contexto da obra, os objetivos, as melhorias esperadas e os benefícios, os investimentos realizados e os financiamentos obtidos, sem descurar a preocupação de sensibilizar para a ligação à rede e a necessária correta utilização o recurso, com recurso nomeadamente à oferta de brindes publicitários, sendo a distribuição da responsabilidade da APdSE em conjunto com as Juntas de Freguesia e/ou em contactos locais ao longo do desenvolvimento da obra.

CLÁUSULA 28.ª PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

CLÁUSULA 29.ª FALHAS E OMISSÕES

1. Em tudo o que não tenha sido objeto de suficiente especificação ou descrição, acatar-se-á a legislação portuguesa em vigor, os regulamentos e posturas municipais aplicáveis, o espírito do projeto, os pormenores técnicos que possam ser apresentados durante o andamento normal dos trabalhos, as escolhas e indicações do dono de obra, do autor do projeto e/ou da fiscalização, bem como todas as prescrições das entidades públicas que intervêm em obras desta natureza.

Seia, 03 de fevereiro de 2021

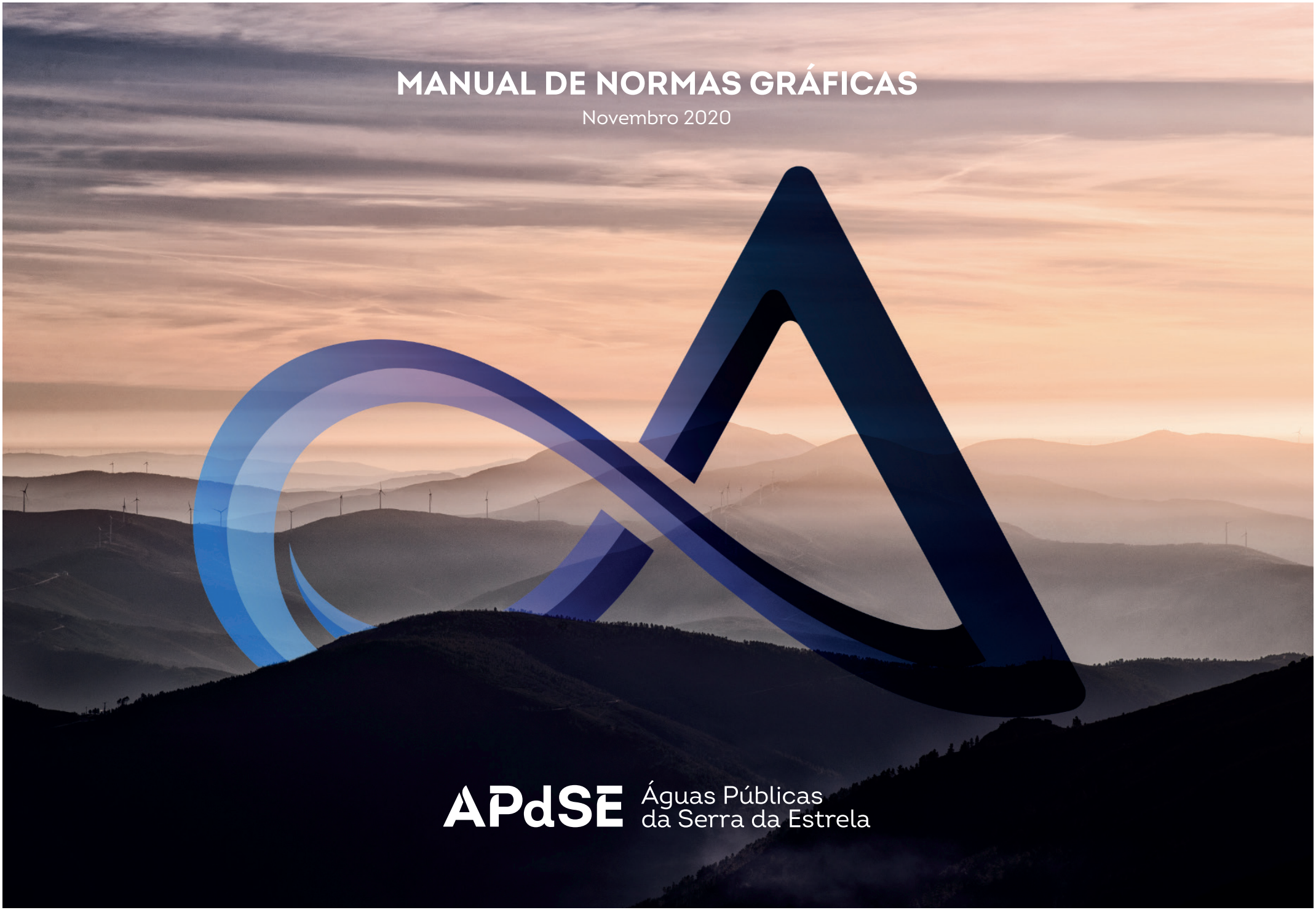
O Conselho de Administração

ANEXO I

MANUAL DAS NORMAS GRÁFICAS

MANUAL DE NORMAS GRÁFICAS

Novembro 2020



APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

INTRODUÇÃO

O presente manual é uma ferramenta de trabalho, essencial a todos os que trabalham com a marca APdSE, nos mais variados suportes de comunicação. Nas próximas páginas vão ser apresentados os elementos gráficos e as normas das suas aplicações, garantido assim que a marca APdSE apresenta uma imagem coesa e autêntica.

ÍNDICE

A Marca 04

Elementos Básicos 07
Versão Principal 08
Versão Horizontal 09
Versões Secundárias 10
Área de Proteção 11
Dimensões Mínimas 12

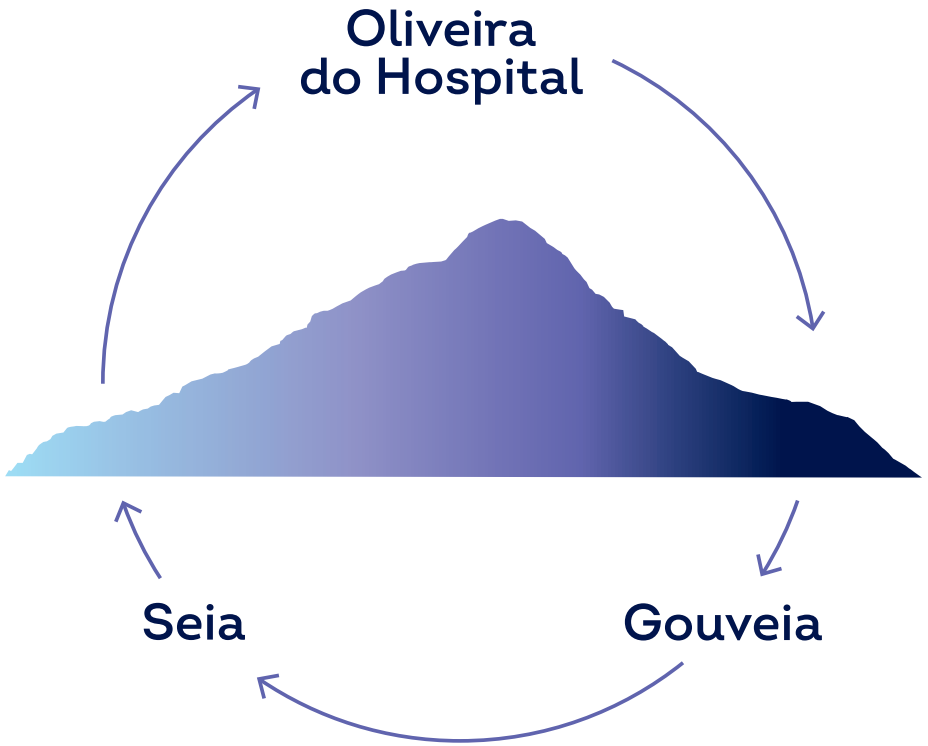
Cor 13
Cores Institucionais 14
Versão à Escala de Cinza 15
Versão Monocromática 16

Comportamento Sobre Fundos 17
Fundos Cromáticos 18
Fundos Fotográficos 19

Tipografia 20
Tipografia Principal 21
Tipografia Secundária 22
Tipografia Alternativa de Sistema 23

Utilizações Incorretas 24


SERRA DA ESTRELA



A APdSE é uma empresa intermunicipal responsável pelo abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos concelhos de Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital.



APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

A Serra da Estrela foi, e continua a ser, um dos mais importantes centros de dispersão hídrica do país, sendo a montanha o ponto de partida e de chegada. Procuramos representar na marca o circuíto entre a água e a montanha, uma relação de sustentabilidade, que representa o ciclo de limpeza e tratamento das águas e a respectiva devolução à natureza.

A marca APdSE procura representar esta história. Não ser uma imagem genérica, mas sim uma ilustração deste circuito. Uma sintetização visual, com formas dinâmicas que procuram dar à marca uma personalidade própria.

ELEMENTOS BÁSICOS

\ Versão Principal
\ Versão Horizontal
\ Versões Alternativas
\ Área de Proteção
\ Dimensões Mínimas

Símbolo



APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

Designação

Logotipo

VERSÃO PRINCIPAL

A marca APdSE é composta pelo símbolo e logótipo. Os respectivos elementos podem ser aplicados de forma autónoma desde que sigam correctamente as indicações do presente manual de normas.



VERSÃO HORIZONTAL

Em certos suportes de comunicação justifica-se a utilização de uma versão mais horizontal.



Aplicação apenas símbolo



Aplicação sem designação

Aplicação sem símbolo

APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

APdSE
Águas Públicas
da Serra da Estrela

VERSÕES ALTERNATIVAS

Também é possível a aplicação da marca sem a designação e sem o símbolo, em casos particulares





ÁREA DE PROTEÇÃO

Para garantir uma boa visibilidade e evitar problemas de leitura, existe uma área de segurança onde não podem ser colocados quaisquer grafismos.



30 mm



40 mm



13 mm



30 mm



85 px



113 px



35 px



95 px

DIMENSÕES MÍNIMAS

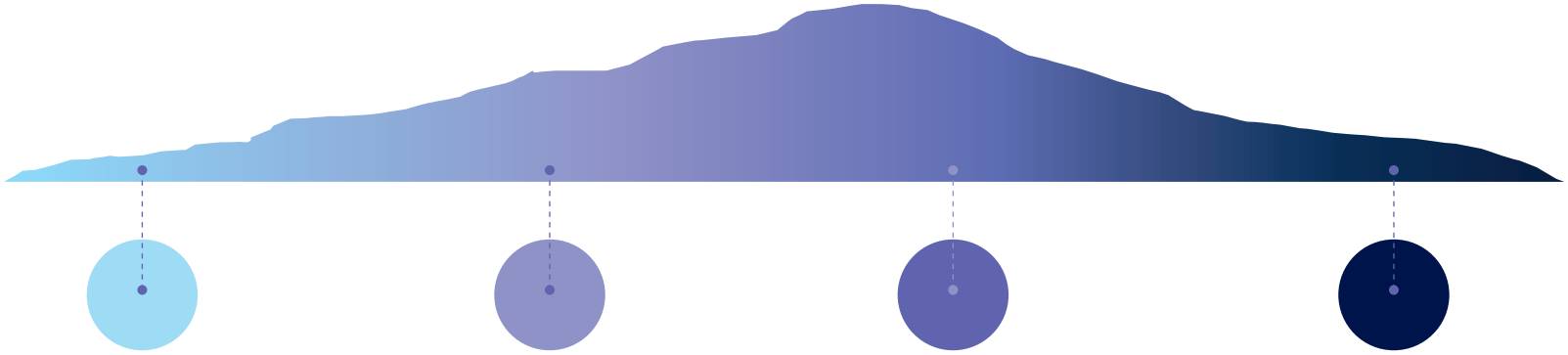
Existem tamanhos confortáveis para a leitura da marca, de modo a evitar perda de legibilidade. Como tal, foram estabelecidas dimensões mínimas para uma reprodução segura e legível.

COR

\ Cores Institucionais

\ Versão à Escala de Cinza

\ Versão Monocromática



PANTONE
304 C

CMYK
35 \ 0 \ 2 \ 0

RGB
154 \ 219\ 232

#9ADBE8

PANTONE
271 C

CMYK
45 \ 40 \ 0 \ 0

RGB
149 \ 149 \ 210

#9595D2

PANTONE
7669 C

CMYK
70 \ 66 \ 0 \ 0

RGB
97 \ 94 \ 155

#615E9B

PANTONE
2768 C

CMYK
100 \ 78 \ 0 \ 66

RGB
7 \ 29 \ 73
#071D49

CORES INSTITUCIONAIS

A paleta cromática é um elemento muito importante e expressivo na identidade de uma marca. As cores presentes na marca APdSE variam entre azuis e os roxos. Esta transição confere um aspeto contemporâneo e leve à marca, assim como a ideia de transformação.



100K



VERSÃO À ESCALA DE CINZA E PRETO

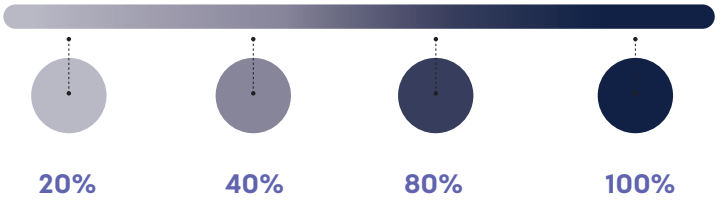
Quando, por constrangimentos técnicos, não for possível utilizar o logótipo com as cores originais da marca, pode optar-se pela alternativa em escala de cinza ou a um cor plana (preto).

APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

PANTONE 2768 C

PANTONE 2768 C



VERSÃO MONOCROMÁTICA

Quando necessária a utilização da versão monocromática do logótipo, seja a uma cor institucional mantendo os gradientes ou a uma cor plana, deve-se optar pelas alternativas acima demonstradas.

COMPORTAMENTO SOBRE FUNDOS

\ Fundos Cromáticos

\ Fundos Fotográficos



FUNDOS CROMÁTICOS

A aplicação da marca sobre fundos de cor deve ser feita de modo a mantê-la legível. Nas situações que se verifique um desfavorecimento das cores originais da marca deve ser usada a versão monocromática para que não se comprometa a sua perceção.



FUNDOS FOTOGRÁFICOS

A aplicação da marca sobre fundos fotográficos ou texturizados terá de ser feita com rigor para que o logótipo se mantenha legível. Visto que o logótipo tem alguma transparência, devem ser evitadas as áreas com padrões ou texturas com muito pormenor, de modo a não condicionar a leitura e perceção. Nas situações que se verifique um desfavorecimento das cores originais da marca deve ser usada a versão monocromática.

TIPOGRAFIA

Aa

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
(.,:;?!”#&@+*)0123456789

Intro Bold

Aa

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
(.,:;?!”#&@+*)0123456789

Intro Regular

TIPOGRAFIA PRINCIPAL

A fonte utilizada para o desenho da marca é a **Intro Bold** e **Intro Regular**, sendo que a primeira é utilizada na sigla e a segunda é utilizada na designação. Esta tipografia deve ser utilizada nos materiais de comunicação da marca.

Aa\ *Aa*

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Intro Thin \ Italic

Aa\ *Aa*

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Intro Xtra Light \ Italic

Aa\ *Aa*

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Intro Light \ Italic

Aa\ *Aa*

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Intro Medium \ Italic

Aa\ *Aa*

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Intro Semi bold\ Italic

Aa\ *Aa*

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

Intro Black\ Italic

TIPOGRAFIA INSTITUCIONAL

A fonte utilizada para a comunicação da marca é igualmente a **Intro**, podendo ser usada nos seus mais variados pesos.

Aa

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
(.,:;?!”#&@+*)0123456789

Arial Bold

Aa

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
(.,:;?!”#&@+*)0123456789

Arial

TIPOGRAFIA ALTERNATIVA DE SISTEMA

Em casos específicos, como na assinatura de email, deve ser utilizada uma tipografia alternativa presente no sistema. Neste caso propomos a utilização da **Arial.**

UTILIZAÇÕES INCORRETAS



Não utilizar a marca a uma cor que não esteja definida pelo manual de normas.



Não alterar as cores.



Não deformar.



Não alterar a tipografia ou qualquer outro elemento.



Não alterar o símbolo ou qualquer outro elemento.



Não alterar a composição cromática da marca.



Não utilizar outras orientações.



Não utilizar contornos, sombras ou qualquer outro efeito.



Não recriar composições entre os elementos que compõem a marca.

UTILIZAÇÕES INCORRETAS

Para manter uma coerência na utilização da marca é essencial seguir todas as regras definidas neste manual. Seguem exemplos de usos incorretos da marca, que deverão ser evitados.



APdSE Águas Públicas da Serra da Estrela

v01. Novembro 2020

ANEXO II

AS 21 OPERAÇÕES DO POSEUR APROVADAS

Prioridade de Investimento: 6 ii - Investimentos no setor da água (...)
Objetivo Específico: 2 - Otimização e Gestão Eficiente dos Recursos e Infraestruturas Existentes (...)
Secção RE SEUR: 12 - Ciclo Urbano da Água
Código do Aviso: 12-2017-05

	Designação
Município de Seia	Rede de Drenagem de Águas Residuais de Senhora do Desterro
	Ampliação da Rede de Águas Residuais e Construção da EEAR de Torroselo
	Rede de Drenagem de Águas Residuais e Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Cide
	Ampliação da Rede de Águas Residuais e Construção da EEAR de Tourais
	Construção da Rede de Abastecimento de Água e Rede de Drenagem de Águas Residuais no Bairro da Tapadinha - São Romão
	Ligação da Rede de Abastecimento de Água a Casal de Travancinha - Sistema Em Alta
Município de Gouveia	Drenagem Publica de Aguas Residuais de Paços da Serra – Ampliação na Rua da Cerca do Soito e Rua da Carreira da Missa
	Construção de Colector Emissário dos Sistema do Parque de Campismo da “Senhora dos Verdes"
	Drenagem Pública de Aguas Residuais de Vinhó – Ampliação na Rua dos Impedidos
	Drenagem Publica das Aguas Residuais de Vila Nova de Tazem – Ampliação na Rua Quinta das Rigueiras
	Drenagem Publica das Aguas Residuais de S. Paio
	Drenagem Pública de Aguas Residuais de Ribamondego – Ampliação da Rede na Av. da Liberdade
Município de Oliveira do Hospital	Execução da Rede de Saneamento no Bairro da Mata em Nogueira do Cravo
	Execução da Rede de Saneamento no Soitinho, Rua da Lameira e Rua da Fonte na Chamusca da Beira
	Subsistema de Águas Residuais e Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Felgueira Velha
	Execução de Saneamento na Rua dos Forninhos e Barroca Alta em Lagares da Beira
	Abastecimento de Água à Adarnela – Lagares da Beira/Travanca de Lagos
	Rede de Saneamento da Malhadoura
	Extensão da Rede de Água na Rua do Valagão em Penalva de Alva
	Execução da Rede de Saneamento na Quinta da Abrunheira
	Subsistema de Águas Residuais e Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Rio de Mel